

A UNIVER
SIDADE DE
COIMBRA
E O
BRASIL

PERCURSO
ICONOBIBLIOGRÁFICO
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

EDIÇÃO

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

EMAIL: IMPRENSAUC@CI.UC.PT

URL: HTTP://WWW.UC.PT/IMPRESA_UC

VENDAS ONLINE: HTTP://WWW.LIVRARIADAIMPRESA.COM

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

JOSÉ PEDRO PAIVA

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES

TEXTOS

JOÃO GABRIEL SILVA

JOSÉ PEDRO PAIVA

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES

JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES

DÉCIO RUIVO MARTINS

FERNANDO RAMOS

LÚCIO CUNHA

RUI JACINTO

JOÃO ARRISCADO NUNES

MARIA APARECIDA RIBEIRO

INVESTIGAÇÃO E CONTEÚDOS DAS FICHAS CATALOGRÁFICAS

A.E. MAIA DO AMARAL (BGUC)

ANA MARIA LEITÃO BANDEIRA (AUC)

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

MIGUEL PACHECO/REDINTEG LDA. (DIGITALIZAÇÕES DE LIVROS E DOCUMENTOS)

GILBERTO PEREIRA (EXEMPLARES ZOOLOGICOS)

PEDRO CASALEIRO (EXEMPLAR ETNOGRÁFICO)

TIAGO MAIA/AUC (PEÇAS MUSEOLÓGICAS – MA)

DELFIN FERREIRA (ARQUITETURA)

DESIGN

ANTÓNIO BARROS

INFOGRAFIA

CARLOS COSTA

EXECUÇÃO GRÁFICA

NORPRINT

ISBN

978-989-26-0161-8

DEPÓSITO LEGAL

OBRA PUBLICADA COM O PATROCÍNIO DE



TRANSDEV
Desenvolvemos mobilidade

(Página deixada propositadamente em branco)

A UNIVERSIDADE DE COIMBRA E O BRASIL

Joaquim Romero Magalhães

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

A 22 de setembro de 1772 chegou a Coimbra, recebido com pompas régias – pois do rei D. José I (1750-1777) vinha como Delegado e Lugar-Tenente – Sebastião José de Carvalho e Melo (1799-1783), Marquês de Pombal, Secretário de Estado do Reino. Aguardava-o em festa a população da cidade destacando-se o Reitor Reformador D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (1735-1822) acompanhado das pessoas mais distintas da Universidade, Inquisição, Cabido Catedralício, Câmara e mais Nobreza da Cidade. Ouviram-se repiques de sinos e acenderam-se fogos durante três dias em honra do ilustre visitante. Logo nessas festas urbanas se notaram as luminárias “com efeitos de perspectiva” que os Brasileiros montaram no frontispício da Igreja de São João de Almedina, bem junto do Paço do Bispo onde o Marquês se hospedava. Brasileiros que aí também compareceram a festejar o Visitador régio que tanto cuidara da defesa da sua terra contra os espanhóis. Grupo em que seriam numerosos os estudantes da Universidade (que muitos naturais de Além-Atlântico a frequentavam), e até professores, com relevo especial para o carioca Reitor Reformador D. Francisco de Lemos.

Vinha o poderoso ministro proceder à fundação da Nova Universidade – assim se diria da Universidade reformada –, em que a grande novidade se materializava nas Faculdades de Matemática e de Filosofia (e também de Medicina). De que logo foram nomeados lentes e feitos doutores Miguel Franzini (?-1810), o P^e. José Monteiro da Rocha (1734-1819) e Miguel António Ciera (? - ?), para Matemática; António Soares Barbosa (1734-1801) e Domingos Vandelli (1735-1816) para Filosofia. Que em breve começaram as suas tarefas docentes: a 12 de outubro de 1772 abriram solenemente as atividades de ambas as novas Faculdades, tendo proferido a oração de sapiência na de Matemática o novo lente P^e. José Monteiro da Rocha, sendo António Soares o orador na de Filosofia. Apresentados (impostos) e jurados os novos estatutos,

esperava-se que a Universidade assim remoçada alcançasse elevados padrões científicos que era o objetivo que se lhe tinha traçado na reforma. Seriam estes os cursos científicos e os métodos para “bons e depurados Estudos das Artes e Sciencias.” Porque muitas eram as necessidades de modernização do País, que arcaicas instituições e caducas práticas pedagógicas atrasavam – muito em especial nos domínios científicos, pouco e mal cultivados. Com prejuízo dos próprios intentos da realeza, que não obstante o proclamado despotismo esclarecido com dificuldade conseguia acudir às urgentes precisões do Reino e dos seus domínios ultramarinos. Porque as colónias eram centrais ao Estado português de Setecentos, em especial a América Portuguesa. Havia que formar agentes régios, pelo que se impunha renovar a escola superior coimbrã afastando-a da obsolescência em que mergulhara e a que alguém chamou “bárbara, com todos os preconceitos escolásticos.” Porque nela se ignorava o ensino experimental e o sólido estudo da natureza em prol da “rançosa Filosofia Peripatética”, em que “sem silogismo / Não sabe como possa haver verdade.”

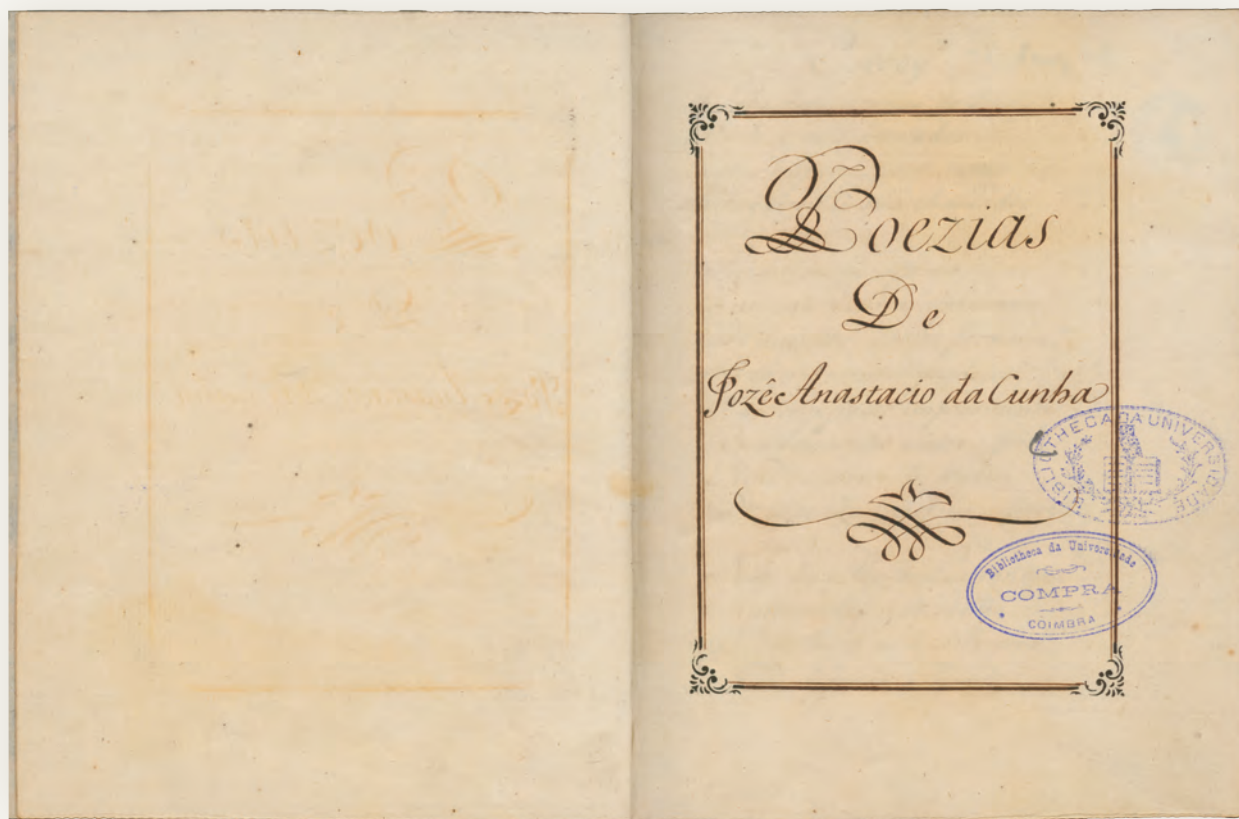
As carências e atrasos do País em conhecimentos científicos tinham ficado por demais evidentes aquando da execução do Tratado de Madrid. Esse instrumento diplomático, firmado com a data de 12 de janeiro de 1750, implicava que Portugal e a Espanha enviassem para a América do Sul gente capaz de passar as fronteiras agora convencionadas do papel para o terreno. O que pressupunha saber fazer as demarcações. Ora, na época, não era isso comum nem fácil. Havia já exigências de aplicação de conhecimentos matemáticos astronómicos que em Portugal não tinha muitos nem muito aptos cultores. Por isso houve que proceder à contratação de estrangeiros – difícil dada a limitação ao recrutamento que a garantia de estrita ortodoxia religiosa implicava. Acresce que a latente conflitualidade política entre os dois Reinos peninsulares também não viria a facilitar a execução do Tratado. Mas lá

se expediram as missões, que tendo executado algum trabalho no Sul do território retornarão ao Reino sem lhe pôr termo. O convencionado em 1750 ver-se-á suspenso para ser revogado em 1761 (Tratado do Pardo), só vindo a ser substituído em 1777 pelo Tratado Preliminar de Paz e de Limites (correntemente designado de Santo Ildefonso). Mesmo este apenas um Tratado Preliminar, pois que ainda se não atingira um acordo total. Embora uma vez mais se exigisse a demarcação de fronteiras entre as possessões portuguesas e espanholas na América. De cuja dificuldade política havia em Lisboa pleno conhecimento, pois que um dos membros do anterior governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, o seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701-1769), fora um dos expedicionários demarcadores no Norte do território em 1752, onde não conseguira sequer reunir-se com os espanhóis para iniciar os trabalhos.

As necessidades da colonização e defesa da América portuguesa não podiam ser ignoradas dos reformadores e hão-de ter contribuído para suscitar a radical modificação dos cursos em Coimbra. Porque a necessidade de geógrafos matemáticos, ou astrónomos, como também se dizia, tornava-se instante também para o território do Reino, onde tarefas de mensuração de toda a ordem urgiam. Havia que mapear e cadastrar o território, o que implicava rigorosos trabalhos de medição. Para o que se requeria o estabelecimento de empregos específicos para os matemáticos que a Universidade ia habilitando. A própria profissão de matemático, geógrafo ou astrónomo ficava pois prestigiada pela necessidade que o Estado tinha desses graduados. Haver matemáticos ao serviço da Coroa em todas as comarcas do Reino fora mesmo intenção de Pombal que depois se não cumprira inteiramente, como assinalou o luso-brasileiro D. Francisco de Lemos, reitor da Universidade que tanto na reforma se empenhara. Havia que preparar gente e empregá-la com utilidade para a comunidade.

Não com tão complexas consequências quanto o que se passava na raia do Brasil com a América Espanhola, mas mesmo assim de difícil solução. Fosse qual fosse a evolução do conflito larvar entre os dois Reinos ibéricos, a questão das fronteiras na América do Sul continuava em aberto e havia que encontrar condições para executar o que viesse a ser objeto de tratado. Uma boa razão para que se instituísse a Faculdade de Matemática, cujo capelo azul e branco devia conter de lado um globo bordado. Aí se apontava o principal, essa marca de especificidade que destacava a astronomia – cujo estudo ocupava uma exigente posição terminal no curso. E logo, embora com poucos alunos, começa a funcionar o esperançoso estabelecimento. Que teve os seus primeiros doutores feitos em atos académicos formais em dezembro de 1777. A reorganização desses estudos acompanhava os recentes desafios da Matemática, da Filosofia Natural e da História Natural na Europa.

Os novos graduados em Matemática (que estudaram com o veneziano Miguel Franzini, com o piemontês Miguel António Ciera e com o português José Monteiro da Rocha) tinham-se prestado a atos ditos de repetição — presididos por José Anastácio da Cunha (1744-1787), pouco depois penitenciado pela Santa Inquisição —, defendido as suas dissertações e debatido pontos à sorte em exame privado, jurado a Imaculada Conceição e ouvido missa do Espírito Santo; tinham tomado o grau de licenciado e depois de doutor em público (sendo padrinho o Doutor Ciera). Davam-se como habilitados para seguir para os territórios que havia que demarcar. O ensino agora ministrado tinha uma valência caracterizadamente prática. Ao serviço da administração do Reino e da defesa dos territórios coloniais. E assim, quando, depois do Tratado de Santo Ildefonso, se torna a pôr a questão da demarcação da raia, a contratação de matemáticos para efetuarem essas operações de geodesia para a parte portuguesa não exigirá a vinda de estrangeiros. Era um notório progresso.



Rosto de um volume manuscrito de *Poezias* de José Anastácio da Cunha, existente nos fundos da Biblioteca Geral. José Anastácio da Cunha foi Lente de Geometria da Universidade de Coimbra (entre 1773 e 1777), que muito terá influenciado, entre outros estudantes brasileiros, Lacerda e Almeida (ver peça 2 da exposição). **BGUC**: Ms. 1243

Dois desses jovens doutores saídos da Universidade renovada são enviados em 1782 para o sertão ocidental do Brasil: Francisco José Lacerda e Almeida (1750-1798), nascido em São Paulo e António Pires da Silva Pontes (1750-1805), também brasileiro e da mesma idade, natural de Mariana. Depois de receberem os capelos doutorais em 1777 (24 de dezembro), tinham sido expressamente treinados pelo Doutor Ciera, lente de astronomia em Coimbra, com prática nas demarcações no Sul-Oeste (do Iguaí ao Jaurú) aquando das tentativas de realizar o disposto no Tratado de Madrid. Dessa expedição resultou Ciera ter desenhado mapas que foram reunidos em um Atlas com 31 folhas, trabalho pioneiro de alta qualidade. Notáveis levantamentos de coordenadas – latitudes, longitudes e declinação da agulha – e também registo de cartografia foram depois elaboradas por Lacerda e Almeida e por Silva Pontes (no Rio Negro e em Mato Grosso entre 1780 e 1789). Com essa missão, ficou a conhecer-se com rigor o vale e as redes hidrográficas dos rios Madeira, Mamoré-Guaporé e Paraguai, além de outros. Ficaram cartografadas as capitanias do Rio Negro e do Mato Grosso. Ambos os astrónomos regressarão a Lisboa, ingressando como lentes na Academia de Guardas-Marinhas, promovidos a capitães de fragata e feitos sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa. Silva Pontes vai elaborar a designada *Carta Geografica de Projeção Espherica Orthogonal da Nova Lusitania ou America Portuguesa, e Estado do Brazil*, trabalho cartográfico da mais alta qualidade, representando o território tal como se reconhecia em 1797 (data do exemplar do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra) – que ficou sendo o primeiro mapa registando com rigor a totalidade dessa parte do império. Peça que junta a aprendizagem académica com o saber de experiências feito adquirido em remotas paragens. Silva Pontes, por vezes dito também Pontes Leme, será ainda governador do Espírito Santo vindo a falecer no Rio de Janeiro. Enquanto Lacerda e Almeida feito governador dos Rios de Sena morre no interior da África cuja travessia de Moçambique para Angola tentava realizar por ordem de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos. Importantes tarefas para os saberes dos matemáticos.

Também fruto das novas orientações dos estudos na Universidade de Coimbra é Alexandre Rodrigues Ferreira (doutor em Filosofia Natural, nascido em Salvador da Bahia (1756-1815) a quem – por indicação de Domingos Vandelli de quem fora discípulo – o Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro (1716-1795) encarregou de uma expedição científica pelo Amazonas de que saiu uma extensíssima e minuciosa informação. Percorreu as capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá de 1783 a 1792. Fora, desta vez, uma missão destinada a averiguar elementos para o conhecimento do que então se designava por história natural que não já de astronomia e geografia, tal como tinham sido preparados os trabalhos das expedições demarcadoras. A missão dirigida por Alexandre Rodrigues Ferreira, que ficou com a designação de *Viagem Philosophica*, demorou nove estirados anos. Dela resultaram inúmeros desenhos e extensa recolha de objetos, descrições escritas e elementos materiais da maior relevância como testemunho dos povos do interior amazónico nesses anos terminais do século XVIII. Igualmente doutor em Filosofia, em 1778, foi o discípulo preferido de Domingos Vandelli, Joaquim Veloso de Miranda, que instalado nas Minas Gerais (em Vila Rica) ao serviço do governo que secretariou, apesar disso também se dedicou à Botânica, tendo contribuído com vários tratados sobre a *Flora Brasiliense*.

São para a Astronomia (Geografia), as Ciências da Natureza (Botânica, Antropologia e a Geografia descritiva – Corografia) os mais sólidos resultados obtidos na modernização e atualização de conhecimentos em finais do século XVIII por antigos alunos com formação coimbrã (já resultante da reforma pombalina). Porém, há que não esquecer um elemento fundamental (e estrutural) da influência e importância da *alma mater conimbrigensis* na construção do Brasil, e desde o início: o direito e a sua aplicação.

Era uma única a legislação contida nas compilações régias, as *Ordenações do Reino*, aprovadas e revistas e postas em vigor no tempo de D. Manuel I (1512-1514 e 1521) e depois em tempos de Filipe II (1603). O mesmo o direito civil ou o direito penal, o mesmo o direito administrativo. Aprendido e treinado nos Gerais

conimbricenses. Por Coimbra passaram, estudando leis e cânones quantos exerceram as artes do direito no Brasil – fosse nas magistraturas como desembargadores (na Bahia ou mais tarde também no Rio de Janeiro), como ouvidores, juízes de fora, intendentess, magistrados em geral – fosse nas barras dos tribunais como advogados. Por vezes até ocorria que magistrados, tendo terminado o tempo das suas comissões, preferissem permanecer como advogados nos bons centros económicos do Brasil (nas Minas em especial) do que regressar ao Reino ou continuar as carreiras em outros lugares. Permanência que lhes era facilitada por haver muitos conflitos e muitos práticos sem formação advogando (mais tarde ditos rúbulas). Juristas nomeados para várias funções, porém com a mesma formação, aplicando os mesmos princípios e a mesma legislação aprendida da mesma maneira. Daí que a influência do direito, e tal como era ensinado em Coimbra – universidade única no País –, tenha contribuído poderosamente para a unificação e a manutenção unida dos territórios integrantes do Brasil. Magistrados que cedo foram nomeados, tendo acompanhado desde logo o primeiro governador-geral Tomé de Sousa (1549-1552). Oficiais régios civis que se destacam na organização e colonização do território – alguns mesmo com feitos militares. Assim aconteceu quase desde o início da presença portuguesa, quando o Desembargador dos Agravos Mem de Sá foi nomeado Governador-Geral do Brasil e por lá permaneceu até à sua morte (1558-1572).

Grande atração exercia o estudo coimbrão sobre os jovens brasileiros que por isso se deslocavam até ao Reino para o frequentar, o que aumenta na primeira metade do século XVIII. Talvez também acrescentando algum prestígio ao que a frequência universitária por si mesmo trazia. Universidade de que souberam também ver as fraquezas e debilidades. A um brasileiro se deve a escrita de um poema herói-cómico da mais direta sátira à Universidade dos tempos da reação antipombalina, a *Viradeira – O Reino da Estupidez* (1782). Aí a Estupidez surge tida como deusa da sabença oca que entronizam e a que prestam vassalagem os doutores coimbricenses: passado o intermédio pombalino, regressava em força o obscurantismo. “*Creio que deve ser restituída*

/ à grande Estupidez a dignidade / que nesta Academia gozou sempre.”

O autor satiriza com finura essa gente que queria regressar aos velhos tempos. Foi autor desta peça literária Francisco de Melo Franco (1757-1823) natural de Paracatú. Poemas satíricos comuns na época, a que altos poetas se dedicavam, acobertados no anonimato, como alguns anos depois ocorreu em Vila Rica com o aparecimento das esplêndidas *Cartas Chilenas* de Tomás António Gonzaga.

A formação intelectual e artística do Brasil também teve uma forte influência coimbrã. Basta lembrar que alguns dos poetas brasileiros do século XVIII por Coimbra passaram. O ambiente de cultura literária e de lirismo que se vivia entre académicos – que Cláudio Manuel da Costa (1729-1789) também poeticamente atribuirá ao “influxo das águas do Mondego” – tocara forte nos cultores de rimas: assim frei José de Santa Rita Durão (1722-1784), doutor e professor na Faculdade de Teologia, autor justamente celebrado do *Caramuru*. Entre os inconfindentes mineiros de 1789 não faltaram os poetas de elevado estro passados por Coimbra, como Cláudio Manuel da Costa, canonista, mais do que “correto metrificador” melancólico e doce, e, sobretudo, Tomás António Gonzaga (1744-1809). Inácio José de Alvarenga Peixoto (1744-1792), doutor e lendo Instituta na Faculdade de Leis, também não deixou de cometer pecados poéticos de valor, sendo mesmo tido por um bom lírico, embora com obra pouco volumosa. Em quem se detetam a influência, à distância, de Cláudio Manuel da Costa – que exercia uma proeminência de patriarca e guia literário. Se nem o gosto nem o jeito a todos tocavam, sequer aos que também tivessem recebido o influxo das águas do Mondego, parece confirmar-se que nunca as musas fizeram mal aos doutores. Embora os resultados nem sempre tivessem sido interessantes. Outros mineiros por Coimbra andaram, nem todos com voos líricos, como o Dr. José Álvares Maciel (1760-1804), formado em Filosofia e História Natural, que no entanto também trazia a marca coimbrã de inclinação para a revolta. Como José Joaquim da Maia (1757-1788), que terá passado por Coimbra, fixando-se depois algum tempo em Montpellier. Conluios que não podem

deixar de se imaginar ligados por laços maçónicos. E o ensino universitário não seria esquecido como uma necessidade para uma sociedade libertada da opressão reinol. Não por acaso a fundação de uma universidade em Vila Rica fazia parte dos planos da falhada sublevação.

A Inconfidência Mineira terá que enterrar as suas raízes – ou pelo menos haverá acolhido uma forte influência – em interesses intelectuais correntes nos meios avançados da academia coimbrã. O mesmo ambiente em que Francisco de Melo Franco pôde produzir (talvez com a conivência de José Bonifácio) *O Reino da Estupidez* sem ser descoberto nem incomodado. A perseguição e prisão que sofrera não se relacionam com o poema satírico em que enxovalhou a Universidade. Ideias sediciosas germinariam entre os naturais de Minas: em 1786, trabalhando no Cuiabá, António Pires da Silva Pontes dizia “dever ser Minas Geraes (sua Patria) cabessa de hum grande Reino, faltando à obediencia devida a nossa Soberana, e aos deveres de cidadão.” Assim a denúncia inconsequente. Estava-se ainda a um par de anos da Inconfidência Mineira, o que permite pensar que esse intento separatista não seria uma originalidade do astrónomo natural de Mariana. Pode supor-se que mineiros estudando em Coimbra estariam de acordo com essa abertura para o futuro.

Vivia-se um período de transição. A reforma pombalina ia ser atacada, em nome da defesa contra doutrinas perigosamente novas. Com receio de se prejudicarem a religião e os bons costumes. Havia que evitar o “inconsiderado amor de querer saber mais do que deve e é lícito que saiba.” Dizeres oficiais... Há que recordar as perseguições a dogmatistas, naturalistas, teístas e outros heterodoxos que sob influência das Luzes se afastavam do catolicismo romano e que a Inquisição continuava a perseguir – embora com garras menos afiadas do que outrora, aparadas que já tinham sido pelo Marquês de Pombal. Pelo que alguns se descuidavam e não tinham tento na língua e olhos para ler o que não deviam. Foram esses erros fatais de José Anastácio da Cunha, como de Francisco de Melo Franco que pagaram a sua soltura com a cadeia. As inquietações que levedavam sob a pacata aparência do meio estudantil coimbrão

iriam emergir nas conspiratas que se espalham e intensificam nestes cruciais anos de final da centúria no Brasil. Será tempo de revolução americana, será tempo de leitura dos grandes autores pré-revolucionários da França das Luzes (Voltaire, Rousseau, Montesquieu): aproximava-se a grande revolução francesa que tudo ameaçaria subverter. No entanto, censuras e proibições, apreensões e rusgas nunca conseguiriam impedir que ideias novas se divulgassem – e já belas bibliotecas havia em Minas onde os autores subversivos não faltavam. Onde vagas ideias, ainda mal elaboradas, se difundiam. As confusas e inconsistentes ideias do Abade Raynal teriam alimentado muitos.

A mediação intelectual estudantil sempre tem sido essencial para as transições culturais e políticas, pese embora que não é aos estudantes que caberá o encabeçar revoltas. Menos ainda prepará-las e executá-las. Segredo estudantil... mais prudente é não contar com ele. O que não implica que brasileiros estudantes em Coimbra deixassem de pensar na independência e de para ela fazerem os seus planos. Sonhos e planos de estudantes, sem meios para desencadear qualquer processo de concretização sediciosa. Porém aventura intelectual destinada a germinar. O que veio a acontecer nas Minas Gerais, em Ouro Preto, em fins de 1788 – princípios de 1789. Serviu de espoleta a ameaça de uma pesada derrama de ouro a cobrar com que a Corte procurava fazer-se pagar dos quintos atrasados e outras dívidas à Fazenda Real. Lançamento fiscal cuja aplicação suspende o astuto governador Visconde de Barbacena, Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro (1754-1830), também ele doutor em Filosofia por Coimbra. Suspensão que inicia a atuação oficial para fazer abortar o levantamento a que se seguirá a repressão em que o alferes Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes, 1746-1792) foi executado. A independência ainda teria que esperar – e as ideias que a sustentavam ainda teriam que amadurecer. Mas a semente estava lançada, e aqui e ali alguns esboços de levantes, conspirações inconsequentes e, sobretudo, aspirações de libertação da tutela colonial, se iam desenvolvendo: no Rio de Janeiro, na Bahia, em Pernambuco. Anunciando o novo e independente Brasil.

Cópia ^{Paraíba} Mo. e Ec. 1.^o A principaes pessoas
desta Cidade me expõem, que a total falta de Letras
de Gramatica desde que foram expulso os Jesuítas, que de
nominavaõ da Companhia de Jesus, tem feito cre-
cer a ociosidade da mocidade em danno gravissimo
da utilidade publica e em pouco tempo se reduzirá tu-
do a huma ignorancia Lastimosa quando se fazem
preizos homens doutos para Christianizar abar-
bara gentildades, que abunda nestes sertões.

Esta Cidade se compoem de dous Conven-
tos de S. Francisco e de Nossa Senhora do Carmo
onde comodamente se podem abrir as artes compe-
tentes.

Paraes este particular se faz digno de V. Ex. o
per na presença de S. Mag. para dar aprovisen-
cia, que indispensavelmente se faz preiza.

A 16. de Junho de 1765. // Jerônimo José
de Mello e Castro // Mo. e Ec. 1.^o Francisco
Xavier de Mendonça Furtado.

Cópia do officio de Jerónimo José de Melo e Castro para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, fazendo-se eco do pedido das principais pessoas da cidade de Paraíba para instalação de estudos de Gramática, inexistentes desde a partida dos jesuítas. Datada de Paraíba, 16 de junho de 1765.

BGUC: Ms. 2534 (Nº 14)

5234 1A
MICHAELIS ANTONII CIERÆ

IN REGALI OLISIPONENSI COLLEGIO
STUDIORUM PRÆFECTI

ORATIO

HABITA XIV. CAL. APRIL.

CORAM

JOSEPHO I.

LUSITANORUM REGE

FIDELISSIMO

CUM PRIMUM NOBILES ADOLESCENTES
STUDIORUM RATIONEM INGREDERENTUR

Anno MDCCLXVI.



OLISIPONE

Apud MICHAELEM MANESCALIUM COSTIUM.

Ciera, Michele António - *Oratio habita XIV. Cal. April...*

Olisipone: apud Michaellem Manescalium Costium, 1766.

BGUC: Misc. 318 (Nº 5251)



REINO

DA ESTUPIDEZ,

POEMA.

A. de Melo Franco

Preço 3 fr.

31/62

PARIS,

NA OFFICINA DE A. BOBÉE.

1818.

Primeira edição impressa do *Reino da estupidez: poema* atribuído ao estudante mineiro Francisco de Melo Franco (1757-1823). Paris: A. Bobée, 1818.

BGUC: O.S. 292



THE LANDS OF CAZEMBE.

LACERDA'S JOURNEY TO CAZEMBE

IN 1798.

TRANSLATED AND ANNOTATED

By CAPTAIN R. F. BURTON, F.R.G.S.

ALSO

JOURNEY OF THE POMBEIROS

P. J. BAPTISTA AND AMARO JOSÉ, ACROSS AFRICA FROM ANGOLA
TO TETTE ON THE ZAMBEZE.

TRANSLATED BY R. A. BEADLE;

AND A

RÉSUMÉ OF THE JOURNEY OF MM. MONTEIRO AND GAMITTO.

By DR. C. T. BEKE.

[Published by the Royal Geographical Society.]

LONDON:

JOHN MURRAY, ALBEMARLE STREET.

1873.

Almeida, Francisco José de Lacerda e, 1750-1802 - *Lacerda's journey to Cazembe in 1798 ... also Journey of the pombeiros P. J. Batista and Amaro José, across Africa from Angola to Tete on the Zambeze ... and a Résumé of the journey of MM. Monteiro and Gamitto ... (The Lands of Cazembe).*
London: John Murray, 1873. VII, 271 p., 1 mapa desdobr.

BGUC: RB-7-45

(Página deixada propositadamente em branco)

• U



C •

I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U